

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA E SUAS ALTERNATIVAS

Jales Dantas da Costa¹

Wolney Roberto Carvalho²

Resumo

O presente artigo visa contribuir na avaliação do neoliberalismo na América Latina, desde suas origens até o momento atual ao findar a terceira década do século XXI, bem como avaliar as alternativas que se lhe apresentaram e que se apresentam nos dias atuais. Para o pensamento crítico é inegável e indiscutível os efeitos mais ou menos deletérios do neoliberalismo em nossa região. É o que temos em vista ao analisarmos o neoliberalismo latino-americano e a ratificação do capitalismo dependente. Certamente mais polêmico foram os acertos e erros das experiências progressistas para superá-lo, bem como dos desafios que temos pela frente. É o que temos em vista ao analisarmos a esquerda latino-americana frente ao avanço neoliberal como um precedente rico em lições para o século XXI.

Palavras chave: América Latina; neoliberalismo; capitalismo dependente

Introdução

Os debates sobre o neoliberalismo e a situação Latino-americana contemporânea voltam com toda força e validade, especialmente porque na primeira década do século XXI pairava a crença de que uma guinada à esquerda estava se processando com efetividade em importantes Estados-nacionais, e que a América Latina se via frente a possibilidade de superar o neoliberalismo. Nesse momento histórico, sabe-se que isso não se concretizou,

¹Professor do Departamento de Economia da Universidade Nacional de Brasília (UnB).

²Professor do Curso de Ciências Econômicas do Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

pois o neoliberalismo longe de ser superado está enraizado há quase cinco décadas no subcontinente e é uma etapa do capitalismo contemporâneo.

Para o historiador Perry Anderson³ o nascimento do neoliberalismo se deu no pós-guerra na Europa Ocidental e na América do Norte. Suas origens e evolução marcam uma veemente reação teórica e política contra o intervencionismo estatal e o *Welfare State*. A reação teórica veio com a publicação em 1944 do livro “*The Road to Serfdom*” do austríaco Friedrich Hayek. A obra representa nada menos do que o “estatuto fundador do neoliberalismo” no qual Hayek expôs “um ataque apaixonado contra qualquer limitação do livre funcionamento dos mecanismos do mercado por parte do Estado” (2002, p.17).

O rápido crescimento da economia mundial durante a “era de ouro” do capitalismo deu pouca credibilidade para as advertências dos neoliberais contra os perigos representados por qualquer tipo de controle do mercado por parte do Estado. (Hobsbawm, 2001). É a partir de 1974-1975 que as idéias neoliberais ganham força com a grande crise do modelo econômico do pós-guerra, que atinge a totalidade dos países capitalistas desenvolvidos, levando-os a profunda recessão e inaugurando o novo fenômeno da *stagflation* (baixo crescimento com alta inflação).

Depois da experiência dos países da OCDE, o leste europeu foi a segunda região a aplicar o programa neoliberal⁴. Só mais tarde viria atingir a região da América Latina. Para o Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO) e o Centro Tricontinental (CETRI),

³ Anderson foi diretor por cinco décadas da *New Left Review*, uma das mais importantes revistas de esquerda no mundo. Elaborou um balanço do panorama neoliberal nos países da OCDE e na América Latina, desde seu nascimento até o começo da década de 1990, cuja síntese aparece expressa no artigo “História e lições do neoliberalismo”.

⁴ O programa neoliberal visa “manter um Estado forte para quebrar a força dos sindicatos e garantir o controle da política monetária. Mas, ao mesmo tempo, o Estado tem de ser moderado no trato das despesas sociais, e também deve abster-se das intervenções na economia. Este Estado deve por em prática uma disciplina orçamentária, acompanhada por uma restrição das despesas sociais e pela restauração da taxa natural de desemprego visando enfraquecer os sindicatos. Reformas fiscais devem ser introduzidas para estimular os “agentes econômicos” a investir e poupar, isto é, redução de impostos sobre as rendas mais elevadas e sobre os lucros das sociedades”. Neste programa estão também previstos toda espécie de desregulamentação, desfiscalização e privatizações dos serviços públicos. Seu objetivo final é garantir a recuperação das economias capitalistas, restaurar as taxas de crescimento que foram abaladas a partir da crise da década de 1970 (Anderson, 2002, p.19,20 e 25). Para François Houtart, “o neoliberalismo nada mais é do que a nova estratégia do capital para recuperar sua capacidade de acumulação, consecutiva à diminuição relativa da produtividade que conduziu ao esgotamento do modelo keynesiano e às novas possibilidades de que ele passa a dispor para recolonizar as economias periféricas” (2001, p.91).

o neoliberalismo implantou-se rapidamente, principalmente sob a influência das organizações financeiras internacionais (FMI, Banco Mundial) que impuseram suas condições de crédito (entre outras os planos de ajuste estrutural), exigindo o rigor das políticas monetárias, a redução das funções do Estado por meio das privatizações e a diminuição de suas despesas, o pagamento regular do serviço da dívida... Tudo isso correspondia à política mundial de restabelecimento da taxa de acumulação do capital. (Amin & Houtart, 2003, p.153).

Para realizar o projeto neoliberal seus artífices propuseram um conjunto articulado de cinco reformas estruturais no ordenamento sóciopolítico, com objetivo de instaurar uma sociedade assentada sob uma economia de mercado: a) implantar a retirada do Estado na esfera econômica, diminuindo o gasto público na criação de riqueza social; b) estabelecer a preeminência do capital privado no âmbito produtivo; c) impor a total abertura externa comercial e financeira; d) desenvolver a reforma do mercado de capitais eliminando as barreiras à livre circulação do mesmo; e) estabelecer um mercado de trabalho “livre”, permitindo a contratação flexível do trabalhador. (Rosemann, 2006)

O início do ciclo neoliberal na América Latina se deu com o golpe do general Augusto Pinochet no Chile em 11 de setembro de 1973. As “reformas” aplicadas na Bolívia (depois de 1985) representam outra experiência prematura do neoliberalismo na região. Mas é com a chegada em 1988 do presidente Carlos Salinas de Gortari no México que ocorre a virada para um neoliberalismo latino-americano. Ela se prolonga em 1989 com a vitória de Carlos Menem na Argentina e a reeleição de Carlos Andrés Pérez na Venezuela, e em 1990 com a eleição de Alberto Fujimori no Peru. A versão brasileira do neoliberalismo, que deu os primeiros passos no final da década de 1980 ainda no governo de José Sarney, foi particularmente diferente dos outros países da região, isto porque no Brasil o neoliberalismo além de não poder contar com soluções de força, ainda teve de enfrentar uma forte burguesia industrial protegida pelo Estado e uma forte resistência do movimento social e político de esquerda. No Chile e Argentina, o neoliberalismo conseguiu se impor muito mais cedo, dado a derrota da esquerda e do movimento popular nestes países. (Oliveira, 1995; Sader, 1995).

Note-se que no caso brasileiro, o avanço neoliberal tomou a ofensiva no governo Fernando Collor de Melo, mas foi barrado pela sociedade por meio de suas organizações mais potentes. Durante a primeira parte do governo Itamar, “a função pedagógica perversa

da hiperinflação foi administrada a conta-gotas (...) precisamente para produzir o terreno fértil no qual se joga a semente neoliberal e ela progride” (Oliveira, 1995, p.26). E progrediu durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), e para perplexidade e frustração de muitos (e o alívio de outros poucos) prosseguiu em alguns de seus aspectos essenciais, a começar pela política econômica neoliberal, nos governos Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), e aprofunda-se para o terror da maioria com o governo ilegítimo de Michel Temer após o golpe de 2016.

O enfraquecimento econômico entre 1980 e 2003 parece ter contribuído tanto no aumento do número de regiões/lugares pobres e de indigência como ter tornado ainda mais concentrada a renda e a riqueza no Brasil. O abandono do projeto de industrialização nacional e o retorno ao modelo primário-exportador de matérias-primas e produtos agropecuários cedeu espaço para o avanço do ciclo da financeirização da riqueza no país. Um dos reflexos desta mudança foi a queda da participação da renda do trabalho na composição da renda nacional, que caiu quase 12% do final da década de 1970 ao início do século XXI. (Pochmann, 2004). Nesse mesmo período, as políticas sociais no enfrentamento destes males foram muito tímidas. Para Evaldo Vieira (2000) elas simplesmente inexistiram nos anos 1990.

Em todos os casos, as reformas neoliberais se destacaram ao longo de quase cinco décadas na América Latina pela baixo crescimento econômico, desindustrialização das economias, exclusão social, expansão da pobreza, concentração de renda, geração de enormes déficits públicos, redução salarial, precarização das relações de trabalho, aumento do desemprego, deterioração dos serviços públicos, ampliação do setor informal de trabalho, expropriação de direitos fundamentais da maioria da população, redução da cidadania, enfraquecimento dos sindicatos, falência de pequenas empresas, expansão da violência e forte instabilidade política.

O neoliberalismo latino-americano e a ratificação do capitalismo dependente

Florestan Fernandes (2009) bem demonstra como o princípio do neoliberalismo na

Latinoamérica é também o início do quarto⁵ padrão de dominação externo. Este novo padrão de dominação é resultado histórico da própria inserção latino-americana na estrutura do sistema capitalista desde 1492, mas nos anos 1970 se expressa como o controle interno das economias dependentes pelos interesses externos. É o que denomina também como fase de imperialismo total, pois os interesses do capital financeiro internacional operam em todos os níveis a partir de dentro das nações latino-americanas: na esfera produtiva, comercial e na esfera financeira. A partir de então, as principais indústrias em funcionamento nas três esferas acima destacadas, conformam-se como espaços de atuação de grandes sociedades anônimas. Essas unidades de negócios, através dos movimentos de concentração e centralização característicos do capitalismo já destacados por Marx (2008), pouco a pouco transformaram as principais indústrias latino-americanas em espaços de atuação de grandes oligopólios e monopólios, pois:

Uma superpotência capitalista necessita de tipos diferentes de mercados externos, desde as economias capitalistas avançadas até economias dependentes, semicoloniais e coloniais. A preservação de sua posição depende de vigilância e controle contínuos de expansão das grandes empresas corporativas, e da intensificação crescente das relações econômicas com os mercados externos. **Assim, uma superpotência capitalista não pode enfrentar e resolver nem os problemas de seus parceiros menores, nem muito menos os problemas das economias dependentes, semicoloniais ou coloniais, incorporadas ao seu espaço econômico, sociocultural e político.** (Fernandes, 2009, 36). (Grifo nosso)

Como se viu anteriormente, o quarto padrão de dominação externo se estabelece juntamente com o neoliberalismo, e ambos ratificam o desenvolvimento do capitalismo dependente e associado na América Latina nos anos 1970. É crescente a concentração e centralização dos capitais nos setores/indústrias mais importantes no subcontinente depois dos anos 1970. Isso ocorreu sob a condução dos grandes oligopólios e monopólios

⁵ Vale destacar que para Fernandes (2009), Brasil, Uruguai, Argentina, México e Chile passaram por quatro padrões de dominação externa. O primeiro deles esteve a cargo de Portugal e Espanha, o chamado "antigo sistema colonial" que durou aproximadamente três séculos. O segundo padrão de dominação externo surgiu da desintegração do antigo sistema colonial: o neocolonialismo. Teve à sua frente a Inglaterra, a qual controlou posições estratégicas nas esferas comerciais e financeiras entre 1800-1850. O terceiro padrão de dominação externo é aquele em as influências externas atingiram todas as esferas da economia, sociedade e cultura. A dominação externa torna-se imperialista segundo o autor, pois incorpora de forma direta algumas fases do processo de crescimento e desenvolvimento econômico. Entende-se que o capitalismo dependente tem suas origens exatamente entre o segundo e o terceiro padrão de dominação externo, momento da independência política dos Estados nacionais e do surgimento dos cidadãos latino-americanos.

industriais - nacionais e (ou) estrangeiros - associados com os grandes bancos - nacionais e (ou) estrangeiros - dando origem ao que Lênin (1985) denominara de capital financeiro. Assim, se o capitalismo dependente surge no final do século XIX/início do século XX por faltar às burguesias nacionais latino-americanas os capitais necessários ao desenvolvimento de um capitalismo autônomo, nos anos 1970 esse capitalismo dependente se ratifica através da associação do capital financeiro latino-americano ao capital financeiro internacional. Note-se que Lênin demonstrara no início do século XX como o imperialismo é a política do capital financeiro, o que permite identificar como o princípio do neoliberalismo na América Latina é o momento histórico do que Florestan denominou de moderno imperialismo:

A erupção do moderno imperialismo iniciou-se suavemente, através de empresas corporativas norte-americanas ou europeias, que pareciam corresponder aos padrões ou às aspirações de crescimento nacional autosustentado, conscientemente almejado pelas burguesias latino-americanas e suas elites no poder ou pelos governos. Por isso, elas foram saudadas como uma contribuição efetiva para o "*desarrolismo*" ou o "desenvolvimentismo", recebendo apoio econômico e político irracional. (...). As empresas anteriores, moldadas para um mercado competitivo restrito, foram absorvidas ou destruídas, as estruturas econômicas existentes foram adaptadas às dimensões e às funções das empresas corporativas, as bases para o crescimento econômico autônomo e a integração nacional da economia, conquistadas tão arduamente, foram postas a serviço dessas empresas e dos seus poderosos interesses privados.

O processo como um todo não é um fenômeno norte-americano. No entanto, os Estados Unidos desempenharam o papel pioneiro e dominante. Outras nações, especialmente europeias (como a Alemanha, a França, a Inglaterra etc.) e o Japão, tomaram parte nesse processo lucrativo de recolonialismo. (Fernandes, 2009, 31).

Assim, os Estados da região latino-americana foram em graus distintos debilitados no enfrentamento dos monopólios, das transnacionais, e das frações mais concentradas do capital; na dificuldade de introduzir ou sustentar regulamentações nos mercados; na adoção de políticas que garantissem o fornecimento de bens públicos; na impossibilidade de romper com as políticas de "ajuste estrutural" recomendadas por instituições internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e outras agências internacionais) que terminaram na reconcentração de renda, congelamento de salários, na privatização de empresas, serviços públicos e na falência do sistema de seguridade social.

Quase todas as pretensões de políticas ortodoxas neoliberais objetivaram ampliar o grau de abertura da economia a fim de alcançar um maior grau de competitividade de suas

atividades produtivas; racionalizar a participação do Estado na economia, isto é, liberalizar os mercados, os preços e as atividades produtivas; e estabilizar o comportamento dos preços e de outras variáveis macroeconômicas em economias que têm estado submetidas a fortes processos inflacionários. Observa, no entanto, que diversos casos de retorno à ortodoxia, como os do Chile, México, Argentina e Brasil, apresentaram importantes diferenças ao lado de similitudes. A implantação de elementos de políticas econômicas de caráter ortodoxo se deu por meio de diferentes formas e graus variados de intensidade, e o modo pelo qual a situação e a política sociais foram afetadas por essas medidas, também se diferenciou em cada um dos países estudados. Tal diferenciação ocorreu pela natureza, extensão e intensidade das medidas de ajuste econômico, bem como pelas características da situação social pré-existente e pela estruturação prévia do setor público, sobretudo do setor social. (Soares, 2001).

Já nos anos 1980, no lugar do incipiente “Estado de Bem-Estar” existente na região, restou um “Estado de Mal-Estar” segundo Soares (2001). O novo discurso ideológico (logo dominante) passara a ser atacar a ineficiência do Estado. Estabeleceu-se a chamada década perdida: o PIB per capita anual médio entre 81-90 (de)creveu (-0,9%) e entre 91-95 o percentual de 0,8%. A pobreza na região aumentou (menos de 1 U\$ ao dia para a subsistência), passando de 63 milhões em 1987 para 78 milhões em 1998.

Adotou-se uma estratégia deliberada ao longo dos anos 80 e 90 de reduzir a importância da atuação estatal em setores econômicos importantes em termos de soberania nacional e reduziu-se a atuação estatal no âmbito educacional, científico e tecnológico. Isso é fático quando observa-se em Santiso (2008) *apud* Katz (2016) que em 1991 a participação das empresas estatais, que era de 20% caiu para 9% em 2001, enquanto o peso das empresas estrangeiras no mesmo período aumentava de 27% para 39%. Ademais, na América Latina contemporânea opera a renovação do modelo extrativo, e com isso o aprofundamento do capitalismo dependente é sustentado também na reprimarização, ou seja, na agromineração. Desse modo, o PIB industrial latino-americano que representava 12,7% no período 1970-1974, decrescera para 6,4% em 2002/2006.

Constituíram-se burguesias mais associadas com empresas estrangeiras, consolidando um processo que começou nos anos 1960 no Brasil, continuou nos

anos 1980 na Argentina e se consolidou no México nos anos 1990. Este setor deixou para trás seu início na indústria, e se estendeu à agromineração e aos serviços. (KATZ, 2016, 29)

Apesar do avanço neoliberal na região nas últimas três décadas, o próprio papel do Estado e as políticas de desenvolvimento na América Latina apresentaram distinções. Para Katz (2016), México, Colômbia e Peru estiveram muito alinhados com as opções do desenvolvimento econômico neoliberal estadunidense, objetivando o aprofundamento dos acordos de livre comércio e livre mobilidade dos capitais, o que resultou no aprofundamento da extração mineral, no pequeno desenvolvimento dos parques industriais e na deterioração das condições laborais. Em se tratando de Brasil e Argentina, os governos de Lula e Kirchner após os anos 2003 conseguiram frear parcialmente a escalada neoliberal adotando políticas econômicas heterodoxas e uma maior ação estatal. Isso fortalecera, segundo o autor, as respectivas economias nacionais, seus mercados internos e a indústria nacional, inclusive observou-se o aprofundamento da integração via Mercosul, sem no entanto romper definitivamente com o neoliberalismo. Finalmente, Venezuela e Bolívia visaram alternativas antiimperialistas ao propor um desenvolvimento econômico com redistribuição de renda, inclusão social e uma forte atuação estatal nos setores mineral e petrolífero.

A esquerda latino-americana frente ao avanço neoliberal: um precedente rico em lições para o século XXI

As ditaduras militares e a implantação dos modelos neoliberais, bem como a consolidação do capitalismo dependente na América Latina, processos estreitamente vinculados entre si, produziram uma mudança nas correlações de força entre as classes sociais. Nenhum setor da esquerda deixou de ser afetado pela retomada da dominação dos Estados Unidos bem como do esgotamento do Estado de bem-estar e a sua substituição pela hegemonia neoliberal, dentro e fora da região. Nesse sentido, os anos 1990 são emblemáticos desde o seu ressurgimento no cenário latino-americano nas primeiras décadas do século XX. Sader (2007) aponta que praticamente todos os movimentos armados tinham

sido derrotados de forma repressiva por governos ditatoriais, e na década de 90 muitos dos partidos de esquerda sofreram os impactos da desagregação da antiga URSS e da proposta do "socialismo real", adotando com isso uma reciclagem neoliberal:

O regime sandinista se havia esgotado e havia sido derrotado nas urnas em 1990. Os partidos comunistas – inclusive aqueles que haviam sido tradicionalmente os mais fortes, afora o cubano, os PCs do Chile e do Uruguai – foram reduzidos à impotência, enfraquecendo-se igualmente as centrais sindicais dirigidas ou hegemônicas por eles. Alguns chegaram à mudança do nome e à sua descaracterização, como o caso do PC brasileiro. Tudo acontecendo de forma bastante paralela ao ocorrido com os PCs da Europa ocidental, demonstrando como o fim da União Soviética havia sido um fator decisivo nesse declínio. As organizações sindicais como um todo se debilitaram sob o impacto das políticas recessivas de ajuste fiscal, assim como as de “flexibilização laboral”, que no seu conjunto promoveram a precariedade das relações de trabalho para a maioria dos trabalhadores do continente. Os partidos socialistas, socialdemocratas e os movimentos e partidos conhecidos como “populistas” e nacionalistas se reciclaram, de forma igualmente paralela ao fenômeno europeu, para políticas neoliberais. O peronismo, o PRI mexicano, o Partido Socialista Chileno, o PSDB no Brasil, a Ação Democrática na Venezuela, o MIR da Bolívia – são exemplos claros desse processo. Com isso, abandonaram suas tradicionais políticas de regulação estatal de distribuição de renda e tornaram-se responsáveis pela extensão do neoliberalismo ao conjunto do continente, abandonando o já debilitado campo da esquerda. (Sader, 2007, p.117-118)

A desagregação da URSS e do campo socialista e a conseqüente perda da referência histórica e ideológica fora um golpe para esquerda, sobretudo para os partidos comunistas, os quais deixaram de ser uma corrente com influência política no continente. À adesão progressiva de forças socialdemocratas e nacionalistas ao modelo neoliberal reforçou ainda mais este isolamento. Para o referido autor, a viabilidade do socialismo foi em muito questionada no seio da esquerda, e a ideologia neoliberal⁶ passou progressivamente a seduzir corações e mentes dos mais variados espectros ideológicos.

A extrema vulnerabilidade financeira das economias latino-americanas, fundamentalmente pelo peso de suas dívidas externas nos anos 80, fez com que a hegemonia ideológica neoliberal assentasse definitivamente suas raízes no continente. Para Ha-Joon Chang (2004), a tese do “Estado mínimo”, da adoção de “boas políticas” e “boas

⁶ A citação que se segue bem detalha o que veio a ser a ideologia neoliberal ainda dominante: “A derrota do campo socialista em escala mundial foi seguida de um projeto ideológico que substituiu o Estado pela empresa e pelo mercado, o cidadão pelo consumo, a regulação econômica pelo livre-comércio, os espaços públicos pelos *shopping centers*, o trabalhador pelo indivíduo, a ideologia pelo marketing, a palavra pela imagem, a escrita pela mídia visual e o livro pelo vídeo, as concentrações de rua pelas campanhas televisivas, os direitos pela competição, a novela escrita pela telenovela, os jornais pelo noticiário de televisão”. (Sader, 2009, p.52)

instituições” foram levados muito a sério na América Latina. As recomendações do Consenso de Washington foram aplicadas servilmente pelos governos desta região, mesmo por aqueles eleitos com o discurso de buscar alternativas de política econômica.

Estabeleceu-se um mal-estar social provocado pelas reformas neoliberalizantes, e não é de surpreender a crescente agitação da resistência mundial contra os seus efeitos deletérios, sobretudo nesta região que se tornou símbolo das convergências dos movimentos sociais. Organizações camponesas, indígenas, movimentos de mulheres, coletivos militantes, organizações não governamentais (ONGs), organizações sociais e juvenis chegaram a formar uma verdadeira “aliança global”. Do I Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, em Chiapas no México (1996), passando por Seattle (1999) ao diversos Fórum Social Mundial, um heterogêneo e amplo movimento que se organizou na forma de um “movimento antimundialização neoliberal”, na denominação de José Seoane e Emílio Taddei (2001).

E não por acaso a esquerda passou a definir o seu campo na luta antineoliberal. Como resultado das profundas e regressivas conseqüências dessa “transição conservadora”, em que cada vez mais grupos sociais eram afetados pelas políticas neoliberais, “novos movimentos sociais”, tanto de base rural como urbana, emergiram no continente latino-americano como os principais núcleos de resistência e de enfrentamento às políticas neoliberais. (CLACSO & CETRI, 2003; Taddei, 2006; Sader, 2006)

Para Immanuel Wallerstein (2004), o aparecimento destes novos movimentos – ecológicos, de mulheres, minorias étnicas, por direitos humanos, povos indígenas e outros – assim como o fortalecimento de um novo ciclo de protesto social na região, é fruto não só das profundas e regressivas conseqüências das políticas neoliberais adotadas, em diferentes graus, na grande maioria dos países do continente, mas também da desilusão para com o desempenho dos “movimentos anti-sistêmicos clássicos” no poder e com a impossibilidade de cumprimento da promessa de um *New Deal* Global por parte da nação hegemônica.

Para Taddei & Seoane (2001) é importante observar a distinta configuração dos movimentos sociais na América Latina e Caribe nos anos noventa em relação às décadas anteriores. Até fins da década de 1980, o conflito assalariado, em particular o industrial, constituía um dos eixos destacados do confronto social na região. Mas o modelo de

organização sindical que marcou a atuação da maioria dos movimentos sociais urbanos e rurais, e que cumpria um papel importante na articulação político-social das demandas particulares dos sujeitos coletivos, entrou em crise com as transformações estruturais que o neoliberalismo impôs, sobretudo na economia e no mercado de trabalho.

Enquanto as lutas de classe passavam para um segundo plano e os sindicatos recuavam para posições defensivas e reivindicações imediatas, novas demandas surgiam ligadas à idéia dos direitos universais, direitos à educação, saúde, previdência social, habitação, alimentação, identidade cultural... O fim dos anos noventa na América Latina parece ter revertido a “menor conflitividade” registrada no começo desta década. Os sujeitos sociais assumiam nova reconfiguração ao mesmo tempo em que as lutas e resistências multiplicavam e ampliavam-se pelo continente: movimentos dos povos indígenas⁷ e de camponeses⁸ assumiam uma posição de destaque; movimentos de trabalhadores desempregados, sobretudo no Cone Sul, com destaque para os piqueteiros na Argentina; movimentos de operários sob o novo sindicalismo; movimentos das classes médias; movimentos políticos ou ligados à gestão do Estado; movimentos religiosos; estudantil universitário; movimentos feministas, como a marcha mundial das mulheres; movimentos ecológicos, ligados a defesa do meio ambiente, movimento antiglobalização, são alguns exemplos (CLACSO & CETRI, 2003; Houtart, 2001; Seoane & Taddei, 2001; Taddei, 2006).

A adoção do receituário do Consenso de Washington (abertura econômica, privatizações, desregulamentação e flexibilização) e seus resultados de um lado, e a agitação dos movimentos sociais de outro, resultou desde 1998 na ascensão de governos de esquerda e de centro-esquerda: Hugo Chávez na Venezuela, os Kirchner na Argentina, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff no Brasil, Michelle Bachellet no Chile, Evo Morales na Bolívia, Rafael Correa no Equador, Tabaré Vazquez e José Mujica no Uruguai, Fernando

⁷Os exemplos mais emblemáticos na América Latina são o zapatismo no México e Conai no equador. Outros relevantes: no altiplano boliviano; movimentos cocaleiros dos camponeses do sul do Peru e das regiões bolivianas dos Yungas e do Chapare; a Coordenadoria Arauco-Malleco dos povos mapuches do sul chileno; o impulso a partir de 2002 pelos povos originários da América Central contra o Plano Puebla-Panamá.

⁸O mais importante dos movimentos camponeses da América Latina é sem dúvida o Movimento dos Sem Terra (MST) no Brasil; registram-se também movimentos sem-terra na Bolívia e Paraguai; lutas camponesas no México, Paraguai e América Central, entre outros.

Lugo no Paraguai. Todavia, Argentina, Uruguai e Brasil converteram-se em claros exemplos de que as políticas econômicas ortodoxas não foram abandonadas, apesar de que as políticas sociais se ampliaram ao longo dos governos chamados progressistas.

Uma análise específica do caso brasileiro, mostra que a expectativa gerada em fins dos anos oitenta diante da possibilidade de um sindicalista chegar ao governo se concretizou. Todavia, como demonstra Sader (2009), foi de certa forma um governo contraditório. No âmbito interno, o governo iniciado com Lula em 2003 e até 2014 havia ampliado a assistência em saúde pública e nas áreas de educação e política cultural, promovido uma queda no déficit habitacional e no desemprego. Ademais, em torno de 53 milhões de brasileiros conseguiram ascender socialmente em termos de renda. No âmbito internacional, o Brasil foi fundamental na extinção da ALCA em 2005, bem como na criação da UNASUL em 2007 e da CELAC em 2012, aumentando com isso a integração regional, e fomentando assim a busca pela soberania latino-americana. Por outro lado, as políticas econômicas continuaram ortodoxas. Assim,

O governo Lula pode ser visto como um bom gestor do neoliberalismo, que, além de dar continuidade ao modelo, ainda o complementou com as políticas sociais e a recuperação da legitimidade do Estado, desgastado pelo governo mais ortodoxamente neoliberal de FHC. Também pode ser visto como o governo da política externa independente, que inviabilizou a Alca e privilegiou os processos de integração regional, aliando-se aos governos de Hugo Chávez, Rafael Correa, Evo Morales e outros, entre os quais, o de Cuba. É além disso, aquele que converte o processo de enfraquecimento do Estado, fortalecendo o sistema de educação e de saúde públicas, e expandiu de forma criativa a política cultural. É, sobretudo, o que mais melhorou o nível de vida da massa, em particular dos mais pobres, no país mais desigual do continente, que é o mais desigual do mundo. (...) A lista poderia seguir, sem permitir que se chegue a um resultado claro de superávit ou déficit. A análise política é qualitativa, parte de e orienta-se por critérios estratégicos gerais. Nesse caso, o critério que definimos como fundamental para a América Latina vale também para o Brasil: a prioridade da integração regional em relação aos tratados de livre comércio e a promoção dos direitos econômicos e sociais dos mais pobres, ainda que se trate de um país com altos graus de desigualdade. Diante desse elemento caracterizador da natureza dos governos latino-americanos, o caráter progressista do governo Lula é predominante: ele contribuiu para um mundo multipolar, privilegiando os processos de integração regional e as alianças Sul-Sul; além disso, vem desempenhando um papel importante no Grupo dos 20 (aliança de países subdesenvolvidos) e em outras iniciativas dessa natureza. (Sader, 2009, p.87-89)

Em síntese, é preciso considerar que muitos dos governos eleitos com promessas antineoliberais, entre eles o governo Lula, as levaram até certo limite. Foram cumpridas,

sobretudo, no plano da política externa e na adoção de algumas modalidades de políticas sociais, mas no conjunto das ações dos governos progressistas, o neoliberalismo não foi extinto em suas raízes. Ao que tudo indica, volta como um câncer não curado, que se manifesta e se reproduz na forma de metástase. Eis o que se pode destacar depois de quase cinco décadas. Então, quais as alternativas?

Com base em Fernandes (2009), entende-se que existem duas grandes possibilidades de evolução no subcontinente, na direção de uma outra história nas próximas cinco décadas:

Se os setores sociais dominantes e as elites no poder realmente desejam um desenvolvimento gradual e seguro, e se forem capazes de obter apoio popular, suas probabilidades de êxito dependem de um forte nacionalismo revolucionário. Sob as condições econômicas, socioculturais e políticas dos países latino-americanos essa alternativa implica a implantação e o aperfeiçoamento de um novo tipo de capitalismo de Estado, capaz de ajustar a velocidade e intensidade do desenvolvimento econômico e da mudança sociocultural aos requisitos da "revolução dentro da ordem social". A outra resposta alternativa só pode surgir de uma rebelião popular e radical, de orientação socialista. (2009, p.39).

Considerações finais

A díade esquerda/direita segue válida no momento da reação neoliberal. Todavia, depois de quatro décadas e meia de neoliberalismo na América Latina, entende-se que é preciso retomar o debate sobre a luta de classes e os caminhos a serem seguidos. O neoliberalismo tem fortalecido o grande capital financeiro internacional e o capital financeiro latino-americano - historicamente mais associados - e ratificado década atrás década a reprodução do capitalismo dependente na América Latina. Na contemporaneidade a opção desenvolvimentista tem sido a reprimarização, e o setor agromineral vem assumindo papel cada vez maior enquanto espaço de valorização do capital. O próprio papel dos Estados latino-americanos - ente político - tem se reduzido, e o capital financeiro tem assumido os setores estratégicos antes explorados pelas empresas estatais, o que em última instância debilita a soberania nacional e converte esses setores em oligopólios e monopólios privados. Assim, o neoliberalismo mostra historicamente que as burguesias latino-americanas se veem como uma burguesia nacional: argentina, uruguaia, brasileira, colombiana, etc. Mas até o presente momento, essa burguesia não tem sido nada

nacionalista. Assim, urge também retomar a discussão sobre a luta de classes no âmbito do Estado e as possibilidades da construção de um nacionalismo revolucionário através de um novo capitalismo de Estado, ou do socialismo como única alternativa.

Referências

AMIN, Samir & HOUTAR, François. (Org.). Mundialização das Resistências: o estado das lutas 2003. São Paulo : Cortez, 2003.

ANDERSON, Perry. História e lições do neoliberalismo. Em: HOUTAR, François & POLET, François. (Coord.). O outro Davos: mundialização de resistências e lutas. São Paulo : Cortez, 2002.

CHANG, Ha-Joon. Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo : Unesp, 2004.

CLACSO & CETRI. A América Latina. Em: AMIN, Samir & HOUTAR, François. (Org.). Mundialização das Resistências: o estado das lutas 2003. São Paulo : Cortez, 2003.

FERNANDES, Florestan. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. 4º ed., São Paulo : Global, 2009.

HOBBSBAWN, Eric. Era dos extremos: o breve século XX. São Paulo : Companhia das Letras, 2001.

HOUTART, François. Mundialização das resistências e das lutas contra o neoliberalismo. Em: SEOANE, José & TADDEI, Emilio. Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre. Petrópolis : Vozes, 2001.

KATZ, Cláudio. Neoliberalismo, Neodesenvolvimentismo, Socialismo. São Paulo, Brasil: Expressão Popular, 2016.

LÊNIN, Vladimir I. O imperialismo: fase superior do capitalismo. São Paulo. Global, 1985.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro 1, vol 2. 22ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

OLIVEIRA, Francisco. Balanço do neoliberalismo. Em: GENTILI, P. & SADER, E. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1995.

- POCHMANN, Márcio (Org.). Atlas da exclusão social: os ricos no Brasil. São Paulo : Cortez, 2004.
- ROSEMANN, Marcos Roitman. “Neoliberalismo”. Em: SADER, Emir. & JINKINGS, Ivana. Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
- SADER, Emir. O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil. São Paulo : Brasiliense, 1995.
- _____. Esquerda. Em: SADER et all. (Coord.). Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo/Rio de Janeiro : Boitempo/LPP UERJ, 2006.
- _____. A vingança da história. São Paulo : Boitempo, 2007.
- _____. A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana. São Paulo : Boitempo, 2009.
- SEOANE, José & TADDEI, Emílio. Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre. Petrópolis : Vozes, 2001.
- SOARES, Laura Tavares Ribeiro. Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina. Petrópolis : Vozes, 2001.
- VIEIRA, Evaldo. Estado e políticas social na década de 90. Em: NOGUEIRA, F. M. G. (Org.). Estado e políticas sociais no Brasil. Cascavel : Edunioeste, 2001.
- WALLERSTEIN, Immanuel. Os movimentos: que significa hoje ser um movimento anti-sistêmico? Em: WALLERSTEIN, Immanuel. O declínio do poder americano. Rio de Janeiro : Contraponto, 2004.